

energia / mobilidade / urbanismo / edifícios / ambiente / saúde / municípios

INTELCITIES

#06

REGENERAÇÃO URBANA

**BIODIVERSIDADE
E ECOLOGIA**

**CONSTRUÇÃO
SUSTENTÁVEL**

**URBANISMO
E SEGURANÇA**

abril 2021 • 5€
publicação quadrimestral





ALIMENTAÇÃO

INOVAÇÕES PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

> Desafios e respostas das cidades XXI



Ana Raquel Matos

Professora na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

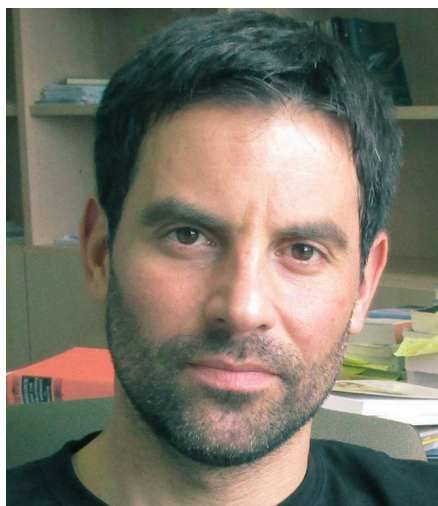
Ao longo do último ano, a pandemia COVID-19 tem vindo a gerar uma perturbação sem precedentes no sistema de produção, distribuição e consumo de alimentos, reavivando velhos debates sobre a questão da “segurança alimentar”. Contrariamente ao que um leitor insuspeito poderia assumir, a “segurança alimentar” refere-se não só à qualidade dos alimentos consumidos, mas também à disponibilidade e acesso a alimentos nutricionalmente adequados, a todas as pessoas e em qualquer momento. É, em suma, um objetivo político que visa o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva, e que exige o empenho dos atores políticos, económicos e sociais.

As tendências demográficas que se têm vindo a acentuar desde a segunda metade do século passado elevam as cidades a espaço central no âmbito da elaboração e implementação de políticas de segurança alimentar. De acordo com dados das Nações Unidas, em 1950 a população mundial a viver em cidades mal ultrapassava os 750 milhões (um número que equivalia a menos de 30% da população mundial). Desde então, o número de habitantes nas cidades quintuplicou, e a proporção da população mundial que aí reside aumentou para quase 60%. As projeções indicam que esta tendência se manterá durante as próximas duas décadas: até 2050, cerca de 70% da humanidade (ou seja, cerca de 6,7 mil milhões de pessoas) viverá em aglomerados urbanos.



Garantir uma alimentação saudável e adequada para um número crescente de seres humanos concentrados num espaço geográfico cada vez mais reduzido constitui um enorme desafio. Nas próximas décadas, teremos não só de assegurar um aumento substancial do abastecimento alimentar, como também de nos adaptar a uma reconfiguração, sem precedentes, dos processos de produção, distribuição e de consumo.

No alvorecer da terceira década do século XXI, algumas das consequências mais perniciosas deste processo de reconfiguração parecem evidentes. Em muitos contextos, a urbanização descontrolada acentuou processos de segmentação e exclusão social, favorecendo o desenvol-



Andrés Spognardi

Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

vimento de autênticos “desertos alimentares”, ou seja, áreas geográficas onde o acesso a alimentos não processados (de maior qualidade e valor nutricional) é escasso ou impossível. Além de limitar o tempo dedicado à preparação e consumo de alimentos, o ritmo acelerado das grandes cidades põe em marcha um perigoso processo de desconexão cultural entre produção e consumo. Esta desconexão traduz-se num consumidor cada vez menos informado sobre as propriedades nutricionais dos alimentos que come, e cada vez menos preocupado com os custos envolvidos na sua produção (especialmente em termos de recursos naturais cada vez mais escassos).

Felizmente, o processo de urbanização também favorece o desenvolvimento de novas dinâmicas sociais, capazes de gerar originais instrumentos de política. Ao mesmo tempo que impõe novos desafios à questão da segurança alimentar, a cidade promove sinergias de cooperação entre múltiplos atores, tornando-se um espaço criativo particularmente adequado para a conceção e implementação de estratégias inovadoras.

Portugal – um dos países europeus que mais rapidamente tem visto crescer a proporção de habitantes em zonas urbanas – tem-se tornado também um laboratório fértil para a inovação social. Demonstrando uma notável capacidade de mobilização de recursos públicos e privados, a sociedade civil portuguesa

assumiu, nos últimos anos, um papel central na promoção e implementação de estratégias de segurança alimentar. Muitas organizações não-governamentais têm conseguido angariar fundos internacionais para a implementação de programas que não só promovem uma maior literacia alimentar entre os consumidores, como reforçam a sua capacidade de influência no processo de elaboração de políticas públicas nesta área.¹ Paralelamente, a sociedade civil de Lisboa tem sido pioneira no desenvolvimento de iniciativas para combater o desperdício alimentar. Desde o início da última década, organizações como a Re-Food,² Dariacordar, ou a Cooperativa Fruta Feia,³ têm trabalhado intensamente na recuperação e redistribuição de alimentos descartados pelo setor da restauração e da distribuição em grande escala, mas que se encontram em perfeitas condições para serem consumidos. Além de pouparem milhões de toneladas de alimentos, estas experiências têm contribuído para a criação de ligações sem precedentes entre consumidores urbanos, autoridades políticas (especialmente a nível local) e empresas privadas (dadores de excedentes alimentares), consolidando um modelo que se estendeu a muitas aldeias e cidades do país, e que se encontra em processo de disseminação além-fronteiras.

¹ <http://actuar-acd.org/portfolio/alimentacao-direito/>

² <http://www.re-food.org/pt>

³ <https://frutafeia.pt/>